



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
01/2025

PÁGINA Nº
1 de 11

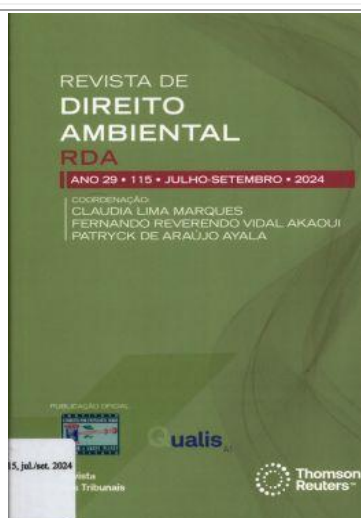
RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

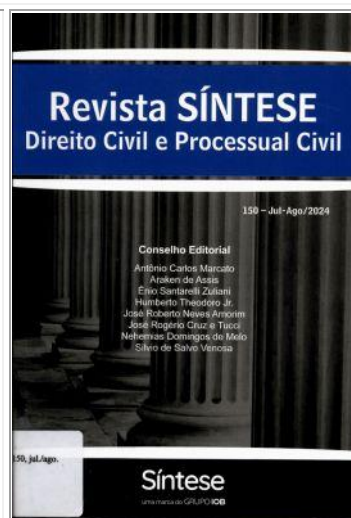
– LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Ministério da Previdência Social
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Supremo Tribunal Federal
- Conselho da Justiça Federal

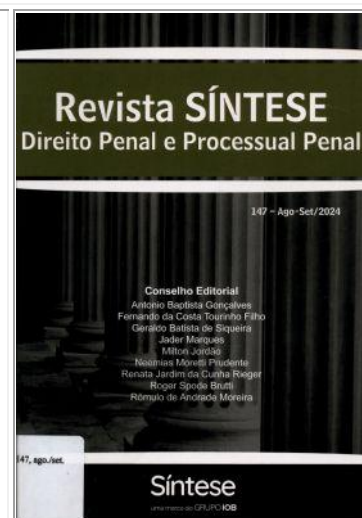
III- PERIÓDICO



Revista de Direito Ambiental



Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil



Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
01/2025

PÁGINA Nº
2 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.358, de 14 de janeiro de 2025](#)

Institui o Programa Mais Professores para o Brasil - Mais Professores.
DOU - Seção 1, p. 1, 07/01/2025

Ministério da Previdência Social

Gabinete do Ministro

[Portaria Interministerial MPS/ MF nº6, de 10 de janeiro de 2025](#)

Dispoe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo instituto nacional do seguro – INSS e demais valores constantes do regulamento da previdência social – RPS e dos valores previstos nos incisos II a VIII do 1º do art. 11 da [Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019](#), que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdência prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da [Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004](#). (Processo nº10128.022473/2024-61

DOU - Seção 1, p. 49, 13/01/2025



ALERTA SEBIB

NÚMERO
01/2025

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
3 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Portaria n. 57, de 10 de janeiro de 2025](#)

Estabelece, para o mês de janeiro de 2025, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DOU - Seção 1, p. 50, 13/01/2025

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei n. 15.088, de 6 de janeiro de 2025](#)

Altera a [Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010](#) (Lei de Resíduos Sólidos), para proibir a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, ressalvados os casos que especifica.
DOU - Seção 1, p. 1, 07/01/2025

[Lei n. 15.089, de 7 de janeiro de 2025](#)

Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi (*Caryocar brasiliense*) e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado.
DOU - Seção 1, p. 12, 08/01/2025

[Lei n. 15.094, de 8 de janeiro de 2025](#)

Torna obrigatória a realização de exame clínico destinado a identificar a Fibrodysplasia Ossificante Progressiva (FOP) nos recém-nascidos na triagem neonatal das redes pública e privada de saúde, com cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS).
DOU - Seção 1, p. 1, 09/01/2025

[Lei n. 15.060, de 23 de dezembro de 2024](#) (*)

Altera a [Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024](#), que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.
DOU - Seção 1, p. 1, 10/01/2025

(*) Republicação do Anexo II a Lei nº 15.060, de 23 de dezembro de 2024, por ter sido constatada inexatidão material, quanto ao original, na Edição Extra do Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2024, Edição: 246-A - Seção: 1 - Extra A, página 16.



ALERTA SEBIB

NÚMERO
01/2025

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Lei complementar n. 212, de 13 de janeiro de 2025](#)

Institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União firmadas no âmbito da [Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993](#), da [Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997](#), da [Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017](#), da [Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021](#), da [Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023](#), e da [Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001](#); prevê instituição de fundo de equalização federativa; e altera a [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal), a [Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021](#), e a [Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023](#).

DOU - Seção 1, p. 1-3, 14/01/2025

[Lei n. 15.100, de 13 de janeiro de 2025](#)

Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica.

DOU - Seção 1, p. 3, 14/01/2025

[Lei complementar n. 213, de 15 de janeiro de 2025](#)

Altera o [Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966](#) (Lei do Seguro Privado), para dispor sobre as sociedades cooperativas de seguros e as operações de proteção patrimonial mutualista, bem como sobre o termo de compromisso e o processo administrativo sancionador no âmbito da Superintendência de Seguros Privados (Susep); altera o [Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967](#), para dispor regras a que as sociedades de capitalização estão sujeitas; altera a [Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001](#) (Lei da Previdência Complementar), para dispor sobre hipóteses de dispensa de autorização para atos relativos a eleição e posse de administradores e membros de conselhos estatutários de entidades abertas de previdência complementar; altera a [Lei nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001](#), para dispor sobre responsabilidade de administradores, regimes especiais de insolvência e medidas preventivas aplicáveis às sociedades cooperativas de seguros e às administradoras de operações de proteção patrimonial mutualista; altera a [Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007](#) (Lei do Resseguro), para dispor sobre a contratação de operações de resseguro por sociedades cooperativas de seguros e por administradoras de operações de proteção patrimonial mutualista; altera a [Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010](#), para dispor sobre a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro e Resseguro, de Proteção Patrimonial Mutualista, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta; estabelece regras e condições para regularização da situação de associações que especifica; revoga dispositivo da [Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964](#); e dá outras providências

DOU - Seção 1, p. 1-6, 16/01/2025

[Lei Complementar n. 214, de 16 de janeiro de 2025](#)

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.

DOU - Seção 1, p. 01-64, Extra B, 23/12/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
01/2025

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Supremo Tribunal Federal

[Súmula Vinculante n. 62, de 09 de janeiro de 2025](#)

É legítima a revogação da isenção estabelecida no art. 6º, II, da Lei Complementar 70/1991 pelo art. 56 da Lei 9.430/1996, dado que a LC 70/1991 é apenas formalmente complementar, mas materialmente ordinária com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída.

DOU - Seção 1, p. 1, 09/01/2025

Conselho da Justiça Federal

[Portaria n. 10, de 3 de janeiro de 2025](#)

Altera a [Portaria CJF n. 734, de 19 de dezembro de 2022](#), que dispõe sobre o valor mensal do auxílio-saúde no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

DOU - Seção 1, p. 130, 06/01/2025

[Resolução n. 936, de 14 de janeiro de 2025](#)

Dispõe sobre os procedimentos relativos à programação financeira, alterações de plano orçamentário e de detalhamento do elemento de despesa para pagamento das folhas de pessoal e das despesas de custeio e de capital, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, bem como os referentes ao pagamento de sentenças judiciais e, ainda, a definição dos prazos de encaminhamento dos planos anuais de aquisição de veículos ao Conselho da Justiça Federal, a data-limite para início de procedimentos licitatórios, para a liquidação das despesas inscritas em restos a pagar e outras disposições, em cada exercício financeiro.

DOU - Seção 1, p. 93, 16/01/2025



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
01/2025

PÁGINA Nº
6 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL N ° 115 – JUL.-SET./2024

DOCTRINA

TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO AMBIENTE

A teoria do decrescimento: a promoção de um mundo sustentável em
Serge Latouche

*Theory of degrowth: the promotion of a sustainable world in Serge
Latouche*

MARCUS MAURICIUS HOLANDA 21

Entre imagens e dados: como a geoinformação pode auxiliar na efe-
tividade das ações ambientais

*Between images and data: how geoinformation can assist in the
effectiveness of environmental actions*

PATRICIA ANTUNES LAYDNER 49

AMBIENTAL – BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS

Proteção das florestas, combate ao desmatamento e ordem pública
ecológica: panorama da jurisprudência brasileira

*Forest protection, fight against deforestation and ecological public
order: overview of Brazilian courts' precedents*

ÁLVARO LUIZ VALERY MIRRA 69

Os impactos socioambientais da exploração dos blocos de pré-sal no
contexto da crise climática

*The socio-environmental impacts of the exploration of pre-salt blocks
in the context of the climate crisis*

EMERSON ADEMIR BORGES DE OLIVEIRA e HUDSON CARLOS AVANCINI PERSCH 99



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
01/2025

PÁGINA Nº
7 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Deliberação colegiada de conflito: análise do método alternativo de
solução de controvérsias entre usuários de recursos hídricos
*Collegiate conflict resolution: analysis of the alternative method of
resolving disputes between users of water resources*
STELLA EMERY SANTANA e VÍCTOR ATHAYDE SILVA 125

AMBIENTAL – CIVIL E CONSUMIDOR

A educação e a informação ao consumidor: medidas para o alcance
da sustentabilidade
*Consumer education and information: measures to achieve
sustainability*
LUCIANE KLEIN VIEIRA e VALÉRIA SANTOS DE LUCENA 167

AMBIENTAL – INTERNACIONAL

The jurisprudence of the international court of justice and environ-
ment protection: a long and slow path towards the recognition of the
principles of international environmental law
*A jurisprudência da corte internacional de justiça e a proteção ao
meio ambiente: um caminho longo e lento para o reconhecimento dos
princípios de direito ambiental internacional*
PATRICIA GRAZZIOTIN NOSCHANG 197

Uma proposta de conceito de soluções baseadas na natureza para o
Brasil a partir de definições internacionais
*A concept proposal of nature-based solutions for Brazil based on
international definitions*
GERALDO LAVIGNE DE LEMOS e HIRDAN KATARINA DE MEDEIROS COSTA 225

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

State obligations to combat climate change: an analysis of regional
and comparative climate litigation in relation to the right to privacy
*O dever estatal de combate às mudanças climáticas: uma análise da
litigância climática regional e comparada em relação ao direito à vida
privada*
TATIANA CARDOSO SQUEFF, GABRIEL PEDRO DASSOLER DAMASCENO e ISABELA
SOARES BICALHO 253



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
01/2025

PÁGINA Nº
8 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Constitucionalismo climático, *norm drivers*, *norm sustainers* e *veto players*: governança climática policêntrica, em rede ou multinível e problemas de ação coletiva

Climatic constitutionalism, norm drivers, norm sustainers and veto players: polycentric, network or multi-level climate governance and collective action issues

INGO WOLFGANG SARLET e LUÍS FERNANDO SGARBOSSA..... 281



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
01/2025

PÁGINA Nº
9 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA SÍNTESE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL Nº 150 – JUL.-AGO. /2024

Assunto Especial

DROGAS

DOCTRINAS

1. A Questão do Delito de Posse de Drogas para Consumo Pessoal Diante do Porte de Drogas para o Tráfico
Rogério Tadeu Romano 9
2. A Política Internacional de Guerra às Drogas: o Panorama Brasileiro e a Regulamentação do Uso da *Cannabis Sativa* Instituída pela Lei nº 19.172/2013 no Uruguai
Thayane Brito de Jesus 27

DECISÃO NA ÍNTEGRA

1. Direito de Plantar e Cultivar a *Cannabis Sativa* (STJ)..... 48

NOTÍCIA

1. Pesquisa do Ipea Aponta Impactos da Descriminalização do Porte de Maconha para Uso Pessoal 54

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Recentes Alterações na Lei de Execuções Penais
Gisele Leite 56
2. Revisitando os Temas “Dolo Eventual e Culpa Consciente” na Conduta de Condução de Veículos Automotores Que Resultam em Morte
Leonardo Schmitt De Bem..... 70
3. A Polícia Militar do Estado de São Paulo Pode (e Deve) Realizar o Termo Circunstanciado de Ocorrência
Felipe Bertazzo Tobar e Vanderlei de Lima 104



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
01/2025

PÁGINA Nº
10 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA SÍNTESE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL Nº 147 – AGO.-SET./2024

Assunto Especial

DROGAS

DOCTRINAS

1. A Questão do Delito de Posse de Drogas para Consumo Pessoal Diante do Porte de Drogas para o Tráfico
Rogério Tadeu Romano 9
2. A Política Internacional de Guerra às Drogas: o Panorama Brasileiro e a Regulamentação do Uso da *Cannabis Sativa* Instituída pela Lei nº 19.172/2013 no Uruguai
Thayane Brito de Jesus 27

DECISÃO NA ÍNTEGRA

1. Direito de Plantar e Cultivar a *Cannabis Sativa* (STJ)..... 48

NOTÍCIA

1. Pesquisa do Ipea Aponta Impactos da Descriminalização do Porte de Maconha para Uso Pessoal 54

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Recentes Alterações na Lei de Execuções Penais
Gisele Leite 56
2. Revisitando os Temas “Dolo Eventual e Culpa Consciente” na Conduta de Condução de Veículos Automotores Que Resultam em Morte
Leonardo Schmitt De Bem..... 70
3. A Polícia Militar do Estado de São Paulo Pode (e Deve) Realizar o Termo Circunstanciado de Ocorrência
Felipe Bertazzo Tobar e Vanderlei de Lima 104



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
01/2025

PÁGINA Nº
11 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Seção Especial

ACONTECE

1. *Stalking* – Três Anos de Vigência do Tipo Penal
Rômulo de Andrade Moreira.....207

DOCTRINA ESTRANGEIRA

1. El Estado Brasileño Frente a la Lucha Contra la Violencia Doméstica e Intrafamiliar Hacia la Mujer: Invisibilidad, Opresión y Discriminación Múltiple
Roberta Lídice.....211

ESTUDOS DIRIGIDOS

1. A Relevância do Cristianismo na Ressocialização dos Apenados: Sugerindo a Remição de Pena por Estudo Bíblico
Lais Souza da Silva.....225